

Juventude e ecologia política: uma reflexão a partir dos movimentos ambientalistas açorianos

Paulo Vitorino Fontes

Membro Colaborador do Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade de Évora.

Introdução

Num contexto de crise global ou numa conjuntura de transição, como alguns autores preferem chamar, em que as mudanças estão cada vez mais aceleradas, mas sem termos uma ideia clara de futuro, os problemas ambientais e ecológicos potenciam os problemas sociais e políticos. Têm surgido vários movimentos sociais que questionam o modelo de desenvolvimento ocidental, orientado pelo crescimento económico sem limites, e que propõem novos modelos de desenvolvimento, assentes em novos indicadores de prosperidade que defendem uma nova relação do ser humano com o ambiente.

Pensar a ecologia política a partir da participação da juventude nos denominados movimentos ambientalistas é um dos nossos objetivos. O qual iremos perseguir de uma forma mais específica ao analisar a participação da juventude nos movimentos sociais emergentes na sociedade açoriana, as suas redes de interconexão, a partir de um entendimento amplo do conceito de “político” e do trabalho de “politização”, ou seja da possibilidade de transformação do aparente não político em político. Para tal pretendemos explorar problemas e experiências que muitas vezes permanecem invisíveis e evidenciar as novas relações de poder que se estabelecem através de confrontos de grande visibilidade pública. Pretende-se também explorar a participação da juventude açoriana na esfera pública transnacional na articulação das causas globais ecológicas com as locais e na diferenciação destas últimas.

2.1. Sobre o conceito de juventude

Ao contextualizarmos a vasta problematização sociológica em torno da juventude, percebe-se que a nível teórico, existe uma ambígua definição de juventude, oscilando entre dois eixos semânticos: como unidade e como diversidade e entre duas correntes: classista e geracional (Machado Pais, 1990). Segundo Pilar Damião de Medeiros (2015:

94), importa compreender que a juventude da era (pós) moderna encontra um mundo radicalmente novo, pelo que deverá ser encarada como um objeto de estudo com características diferentes. A atual sociedade globalizada repleta de desigualdades e de paradoxos sociais, culturais e políticos; a perda da cristalização das etapas da vida; a multiplicidade de pontos de referência; a emergência de uma sociedade de risco e os novos fluxos de comunicação e de informação que vêm potenciar novas capacidades constituem fatores fundamentais para a reafirmação das perspetivas geracionais (Damião de Medeiros, 2015: 94). Para Nuno Augusto (2008: 161), “mais do que um espaço de transmissão ou de adaptação, a juventude é entendida crescentemente como um espaço de construção e de questionamento dos modelos políticos erigidos pelas gerações anteriores”, pelo que “o ressurgimento do conceito de geração na sociologia nas últimas duas décadas deve-se, em grande medida, à intensificação dos efeitos da sociedade de risco, que os jovens experimentam de um modo crescentemente incerto e inseguro” (Augusto, 2008: 161). A corrente geracional, seguindo a concetualização de Machado Pais (2003: 109) entende a juventude como uma fase da vida, em que as diversas culturas juvenis são culturas características de uma geração; enquanto a corrente classista entende as culturas juvenis como culturas de classe, onde a reprodução social é considerada em termos de reprodução das classes sociais. A conceção classista inspirada em autores como Pierre Bourdieu (2001 e [1979] 2007) procura saber em que medida os novos movimentos sociais são indicadores de novas e profundas divisões ou confrontações sociais na sociedade moderna. Segundo Klaus Eder (2001: 5), os novos movimentos sociais são valorizados por introduzirem novas questões, serem portadores de um novo paradigma de existência social e revelarem novas divisões nas sociedades modernas além das religiosas e étnicas tradicionais. No entanto, apesar das novas divisões introduzidas serem percebidas como substitutas da antiga divisão baseada na classe, a divisão entre capital e trabalho, não podemos concordar que o conflito de classe está a desaparecer, uma vez que os novos movimentos sociais não podem ser reduzidos a movimentos que procuram a inclusão universal, continuando a observar-se que estão em jogo interesses, normas e valores antagónicos e até incomensuráveis (Eder, 2001: 6).

Consoante os ângulos analíticos com que se considere a juventude, poderá ser mais vantajoso optar pela corrente geracional ou classista. Não é nossa intenção abandonar os critérios e recursos da sociologia geracional, ao abordar-se a juventude como um todo, numa perspetiva de horizontalidade, em que “a valorização da problemática da juventude

justifica-se em função dos signos de continuidade e descontinuidade inter-geracionais” (Machado Pais, 1990: 154). No entanto, a sociologia da estratificação e das classes sociais continua a ser para muitos autores a mais completa na explicação dos comportamentos sociopolíticos e dos movimentos sociais (Eder, 1993 e 2001). Com duas condições a serem estudadas, o mundo simbólico (Bourdieu) e o mundo normativo (Honneth) nos quais se pode interpretar as diferenças categoriais que existem numa sociedade. Estes elementos são historicamente variáveis, razão pela qual a ideia de classes determinadas “economicamente” é uma interpretação culturalmente e historicamente específica das diferenças categóricas entre as pessoas. Os novos movimentos sociais não são certamente movimentos de classes no sentido tradicional do século XIX. Todavia, eles podem ser vistos como uma manifestação de um novo tipo de relação de classe nos quais ocorre a “constituição da classe média” nas sociedades modernas avançadas (Eder, 2001: 19). Os novos movimentos sociais preocupados com a realização de uma existência “identitária” continuam a alimentar a construção de novas relações de classe. Nesse sentido a classe tem importância nos novos movimentos sociais. Considerando a pluralidade das formas de expressão e associação entre indivíduos na sociedade (pós) moderna, pretendemos ao longo do nosso trabalho realçar o papel da juventude na ação coletiva e, principalmente, nos movimentos sociais ecologistas mais recentes.

2.2. Ecologia política

“O pensamento ecológico já conta com uma variada literatura derivada de diferentes tradições filosóficas. Ecologia é, literalmente, o “estudo da casa”, e o pensamento ecológico dedica-se a refletir sobre esta “casa”, isto é, o *habitat* natural dos seres vivos. O seu objetivo é descrever os mecanismos de ligação entre os organismos e o seu amplo ambiente imediato. Assim, o pensamento ecológico depende de um entendimento científico do equilíbrio e interdependência naturais, que pode ser expressado no conceito de ecossistema.

A ecologia política desenvolveu-se, de acordo com Martinez-Alier (2007) a partir de estudos de geógrafos e antropólogos sobre conflitos socioambientais. Trata-se, portanto, de um novo campo dedicado ao estudo dos conflitos derivados do uso dos recursos ou serviços ambientais. A distribuição ecológica refere-se tanto aos aspetos físico naturais da distribuição dos recursos e serviços naturais na superfície da Terra (tais como o clima e os padrões de chuva), como também aos aspetos sociais que determinam o acesso a

esses recursos e serviços ambientais que permitem o funcionamento e renovação do sistema de suporte da vida. Com a intensificação da utilização dos recursos naturais e a interferência cada vez maior dos seres humanos nesse sistema de suporte da vida, os conflitos socioambientais tendem a aumentar a frequência e a intensidade. Assim, o campo da ecologia política tem se expandido, o que pode ser observado, por exemplo, no aumento de revistas acadêmicas dedicadas à temática em todo o mundo. Como um campo que se desenvolveu nas ciências sociais, na ecologia política a sociedade não é pensada de forma separada do meio ambiente, “pois trata-se de um mundo material socializado e dotado de significados. Os objetos que constituem o ambiente não são redutíveis a meras quantidades de matéria e energia, pois eles são culturais e históricos” (Acselrad, 2004, p. 7). Wapner (2008) afirma que os temas ambientais são alguns dos mais perigosos desafios que a humanidade enfrenta atualmente, pois eles enfraquecem a qualidade de vida dos mais pobres e até mesmo dos mais abastecidos.”

2.3. Movimento ecologista anti incineração em São Miguel

O nosso objetivo, para além de enunciar algumas características de dois movimentos ecologistas, um de base açoriana contra a incineração e outro internacional contra a mineração em mar profundo, mas com alguma implementação nos Açores, é também o de refletir sobre a participação da juventude açoriana nestes movimentos.

Durante os últimos 14 anos várias associações ambientais e grupos contestaram a incineração na ilha de São Miguel.

O concurso público para a construção da incineradora foi aprovado, por unanimidade, em setembro de 2014, pela Assembleia Intermunicipal da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel (AMISM).

Em dezembro de 2016, a presidente da Assembleia Intermunicipal declara que o organismo aprovou, por unanimidade, avançar com a construção de uma incineradora de resíduos.

Em 2017 o movimento "Salvar a ilha contra a incineração em São Miguel" defendeu a suspensão do concurso público para a construção da central de resíduos.

O responsável pelo movimento ", que falava à margem de um encontro que visou refletir sobre o processo, que teve lugar em Ponta Delgada, disse que a unidade de incineração existente na ilha Terceira "dispensa ainda mais o que se pretende criar" na maior ilha dos

Açores. Devido à experiência da sua sobre dimensão e aos problemas decorrentes da humidade excessiva do nosso clima que têm provocado dificuldades na queima de resíduos.

Houve uma pausa no processo de incineração na ilha de São Miguel, decorrente de divergências entre o autarca socialista que preside ao município de Vila Franca do Campo, e o social-democrata que lidera a Câmara Municipal da Ribeira Grande, entretanto ultrapassadas. O diferendo surgiu na sequência de uma conferência sobre ambiente, incluída num eco-festival de música, acerca das soluções para tratar os resíduos, e face a uma sugestão da associação ambientalista Quercus.

O movimento "Salvar a ilha contra a incineração em São Miguel" considerou que este processo "não se coaduna com a projeção que os Açores têm dado para o exterior, em termos de conservação ambiental e recuperação de ecossistemas, valorização da natureza e seus produtos".

Apontaram também os danos do processo de incineração para a saúde pública e para o ambiente, tendo referido que existem métodos alternativos que não são poluentes e que gostariam de ver implementados.

O movimento alega que as incineradoras libertam gases e cinzas volantes que são altamente cancerígenas, sendo que a região já tem uma grande incidência de cancro.

Também foi anunciado em abril de 2017 que o movimento "Salvar a Ilha" apresentou uma providência cautelar para travar a construção da incineradora de resíduos em São Miguel.

O porta-voz do movimento falou no decorrer de uma manifestação com cerca de 100 pessoas que decorreu nas Portas da Cidade, em Ponta Delgada, "contra a incineração em São Miguel" e onde especificou a fundamentação da providência cautelar.

"Em primeiro lugar, as questões de natureza de saúde pública e de ambiente, que são as principais, e depois quando começámos a investigar este processo todo começaram a abrir-se portas para outros assuntos, nomeadamente a sustentabilidade económica deste processo, que é um autêntico desastre, é colossal", afirmou.

O mesmo porta voz do movimento lembrou ainda que a Associação de Municípios de São Miguel partiu para "uma solução que estava no fim da linha da hierarquia da gestão dos resíduos", quando na sua opinião teriam de "ter sido esgotadas outras soluções que defendem a saúde pública e o ambiente e que são muito mais económicas" do que a instalação de uma incineradora na ilha de São Miguel.

"O movimento acredita que a esperança é a última a morrer e estão decididos a levar à frente tudo o que estiver ao seu alcance para travar aqui a incineradora, visto não ter havido a sensatez nem o bom senso para o recuo político por parte da entidade que está a promover esta obra", disse.

2.4. Movimento ecologista anti mineração em mar profundo

Outra temática ambiental que aqui trago, é a problemática que tem surgido acerca da mineração em mar profundo. A corrida pela conquista do fundo do mar começou, mas a sua governança tem falhas profundas. Durante mais de um século temos esventrado a terra, explorando-a até aos seus limites na nossa busca insaciável por minerais, como ouro, cobre, manganês, níquel, chumbo, lítio, titânio, platina, zinco e outros raros elementos terrestres. Agora a indústria tem como objetivo o mar profundo.

Alguns depósitos jazem sobre águas nacionais e são recursos soberanos. Muitos outros encontram-se na “Área” fora da Jurisdição Nacional. A Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos (ISA) regula o acesso aos recursos na Área e estabeleceu até ao momento 27 contratos de exploração. Estes contratos correspondem a 1,2 milhões Km² nos oceanos Pacífico, Índico e Atlântico, numa área total equivalente à Europa.¹ Os Estados promotores dos contratos de exploração da ISA² são a Alemanha, Bélgica, Brasil, Bulgária, Coreia, China, Cuba, França, Ilhas Cook, Índia, Japão, Kiribati, Nauru, Polónia, Reino Unido, República Checa, Rússia, Singapura e Tonga. No entanto, nenhum desses contratos encontra-se ainda em vigor.

Enquanto guardião do património mundial dos oceanos, o ISA numa revisão periódica em 2016 apontou graves irregularidades estruturais em termos da sua transparência e competência, pondo em questão a sua capacidade para governar a área.

Para a comunidade científica de uma forma geral, não restam dúvidas, a mineração em mar profundo impõe uma séria ameaça à sustentabilidade. Poderá devastar ecossistemas frágeis que são ricos em biodiversidade. Estes ecossistemas levarão centenas ou milhares de anos a recuperar de uma atividade tão invasiva como esta, se é que algum dia recuperarão. Plumas que contêm partículas tóxicas de metais pesados correm o risco de se espalharem por vastas áreas, afetando ecossistemas marinhos muito além dos lugares de extração.

¹ Deep Sea Conservation Coalition, 2016.

² International Seabed Authority, 2017.

O mar profundo tem uma vasta diversidade de vida, em grande parte por conhecer, estimando-se que existem cerca de 750 000 espécies marinhas ainda por identificar, incluindo genes que poderão originar novos medicamentos para doenças ainda incuráveis. Enquanto que os benefícios económicos e sociais da mineração em mar profundo são bastante incertos e de curta duração.

O conhecimento científico sobre o mar profundo é extremamente limitado. O princípio da precaução recomenda que se dê prioridade a alternativas sustentáveis de forma a evitar que a nossa economia fique refém desta tecnologia de alto risco.

A mineração em mar profundo não tem lugar num futuro contemplado pela Agenda de 2030 para o desenvolvimento sustentável. A Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 define como objetivos oceanos saudáveis, consumo e produção responsáveis, tecnologias limpas e energia renovável, desenvolvimento económico inclusivo, bem-estar e inovação. Para isto, é necessária uma transição fundamental das nossas economias e da forma como vivemos.

A luta contra a mineração em mar profundo, dinamizada a nível mundial por ONGs como a Seas at Risk, que é um organismo coordenador de outras ONGs ambientais de toda a Europa e promove políticas ambiciosas no sentido da proteção marinha ao nível europeu e internacional. Este organismo com sede em Bruxelas defende uma economia circular que tenha o design ecológico a reutilização, a reparação, a partilha e a reciclagem no centro da sua estratégia. Também defende novos modelos de negócio que respeitem o bem comum e de consumidores bem informados capazes de fazer escolhas responsáveis. As campanhas contra a mineração em mar profundo desenvolvidas por várias ONGs nacionais e regionais, como a Geota, a Quercus, Liga para a Proteção da Natureza, Oceano Livre, entre outras, têm tido como principais objetivos apelar à Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos que suspenda a atribuição de contratos que permitam a mineração em mar profundo e às Nações Unidas para que garantam o uso responsável dos recursos minerais. Pretendem que a União Europeia não apoie mais esta atividade e que, pelo contrário, se torne uma das líderes mundiais na transição para as economias sustentáveis. De igual forma, estas campanhas apelam a todos os países para que acabem com o financiamento aos licenciamentos para prospeção e exploração na Área e que não emitam autorizações para a mineração em mar profundo nas suas plataformas continentais.

Assistiu-se ao envolvimento nesta campanha de académicos, políticos de esquerda, mas até que ponto esta temática chegou à sociedade açoriana em sentido alargado? Até que ponto os e as jovens envolvem-se nestas preocupações? Numa sociedade cada vez mais fragmentada, em que a juventude enfrenta uma crescente precarização das suas formas de vida, como contribuir para o repto que a Doutora Pilar Damião lançou no primeiro dia de trabalhos: precisamos de uma juventude crítica, criativa e responsável. Que não deixe que estas lutas se desenvolvam só no patamar da decisão política, pois ao fim e ao cabo dependemos todos e todas destas decisões. Espero poder ter contribuído para este desafio. Obrigado e bem hajam!

Algumas referências bibliográficas:

Acserad, Henri (2002). “Justiça ambiental e construção social do risco”. *XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais*. Ouro Preto (MP), 4-8 nov.

Acsehrad, Henri (2004). “As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais”, em ACSELRAD, Henri (org.). *Conflitos ambientais no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Fundação Heinrich Boll, p. 12-34.

Augusto, Nuno (2008), “A juventude e a(s) política(s): desinstitucionalização e individualização”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 81, junho, pp. 155-177.

Bourdieu, Pierre ([1979] 2007), *A Distinção: crítica social do julgamento*, tradução de Daniela Kern & Guilherme J. F. Teixeira, São Paulo, Edusp.

Bourdieu, Pierre (2001), *Poder, derecho y classes sociales*, 2ª ed, Bilbao, Desclée de Brouwer.

Damião de Medeiros, Pilar (2015), “Políticas de juventude nos Açores: uma reflexão em torno da condição da(s) juventude(s) (pós)moderna(s), em Medeiros, T. (Coor.), *Adolescência: desafios e riscos*. Ponta Delgada, Letras Lavadas Edições, pp. 91-106.

Della Porta, Donatella; Tarrow, Sidney (Org.). (2005). *Transnational protest and global activism*. New York; Toronto; Oxford: Rowman and Littlefield Publishers.

Eder, Klaus (1993), *The new politics of class. Social movements and cultural dynamics in advanced societies*. Londres, Sage.

Eder, Klaus (2001), A classe social tem importância no estudo dos movimentos sociais? Uma teoria do radicalismo da classe média. *Rev. bras. Ci. Soc.*, Jun, vol.16, no.46, p.5-27.

Laferrriere, Eric & Stoett, P. J. (1999). *International relations theory and ecological thought: towards a synthesis*. London, New York: Routledge.

Latour, Bruno. (1999). *Politiques de la nature, comment faire entrer les sciences em démocratie*. Paris: La Découverte.

MARTINEZ-ALIER, Joan (2007). *O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valoração*. São Paulo: Contexto.

Pais, Machado (1990), “A construção sociológica da juventude – alguns contributos”, *Análise Social*, XXV, (105-106), pp. 139-165.

Pais, Machado (2003), *Culturas juvenis*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

Soromenho-Marques, Viriato. (2011). “Da Crise do Ambiente à Urgência de uma Revolução Ptolemaica nas Ciências”, *Pensar Radicalmente a Humanidade. Ensaios em Homenagem ao Prof. Doutor Acílio da Silva Estanqueiro Rocha*, João Cardoso Rosas e Vítor Moura (eds.) V.N. Famalicão: Edições Húmus e Universidade do Minho, pp.747-761.

Wapner, Paul. (2008). “The importance of critical environmental studies in the new environmentalism”. *Global Environmental Politics*, v. 8, n. 1, p. 6-13.